



**ORDEM DO DIA
PARA A 41ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
EM 05 DE JULHO DE 2018**

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE URGÊNCIA

1 - Discussão e votação adiada - Projeto de lei nº 112, de 2003, de autoria da deputada Célia Leão. Dispõe sobre a concessão de passe livre, às pessoas portadoras de deficiência, no sistema de transporte coletivo intermunicipal, nos modais rodoviário, ferroviário e aquaviário. Pareceres nºs 1783 e 1784, de 2003, respectivamente, das Comissões de Justiça e de Transportes, favoráveis. Emenda apresentada nos termos do inciso II do artigo 175 do Regimento Interno. Pareceres nºs 95, 96 e 663, de 2018, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação, de Transportes e de Finanças, favoráveis à emenda. (Em anexo os Projetos de lei nºs 351, de 2012 e 177, de 2017).

2 - Discussão e votação adiada - Projeto de lei nº 665, de 2014, de autoria do deputado José Bittencourt. Dispõe sobre o transporte de animais domésticos vivos e de pequeno porte nos serviços de transporte coletivo intermunicipais prestados pela Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo (EMTU) e Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM). Pareceres nºs 1448 e 1449, de 2015, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação e de Transportes, favoráveis. Emenda apresentada nos termos do inciso II do artigo 175 do Regimento Interno. Pareceres nºs 741 e 742, de 2017, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação e de Transportes, favoráveis à emenda. (Em anexo os Projetos de lei nºs 727, de 2015, 1043, de 2017, e 311, de 2018).

3 - Discussão e votação adiada - Projeto de lei nº 570, de 2016, de autoria do deputado Roberto Engler. Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Bolsa Permanência no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, e dá outras providências. Pareceres nºs 798 e 799, de 2017, e 205, de 2018, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação, de Ciência e Tecnologia e de Finanças, favoráveis. Emenda apresentada nos termos do inciso II do artigo 175 do Regimento Interno. Parecer nº 949, de 2018, da Reunião Conjunta das Comissões de Justiça e Redação, de Ciência e

Tecnologia e de Finanças, favorável à emenda.

4 - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 36, de 2011, de autoria do deputado Pedro Tobias. Dá nova redação e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 846, de 1998, que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais. Pareceres nºs 1870, 1871 e 1872, de 2013, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação, de Saúde, e de Finanças, favoráveis.

5 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 641, de 2003, de autoria do deputado Antonio Salim Curiati. Concede desconto de 50% (cinquenta por cento) nos preços das passagens, em ônibus coletivos intermunicipais, aos maiores de sessenta e cinco anos de idade e aos aposentados. Com emenda. Parecer nº 386, de 2016, de relator especial pela Comissão de Justiça e Redação, favorável ao projeto e contrário à emenda. Parecer nº 387, de 2016, da Comissão de Transportes, favorável ao Projeto de lei nº 641, de 2003, e contrário à emenda e ao Projeto de lei nº 853, de 2015. Parecer nº 388, de 2016, da Comissão de Finanças, favorável ao Projeto de lei nº 853, de 2015, e contrário ao Projeto de lei nº 641, de 2003, e à emenda. (Em anexo os Projetos de lei nºs 853, de 2015, 130, de 2017, e 331, de 2018).

6 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0885, de 2003, de autoria do deputado Gilson de Souza. Estabelece normas para a realização das Festas de Peão Boiadeiro no Estado. Pareceres nºs 1694, 1695 e 1696, de 2007, respectivamente, das Comissões de Justiça, de Esportes e de Finanças, favoráveis. (Em anexo o Projeto de lei nº 384, de 2017).

7 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0163, de 2004, de autoria do deputado Roberto Felício. Estabelece horário de funcionamento para as Delegacias da Mulher. Pareceres nºs 44, 45 e 46, de 2006, respectivamente, das Comissões de Justiça, de Segurança Pública e de Finanças, favoráveis. (Em anexo o Projeto de lei nº 91, de 2017).

8 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 239, de 2013, de autoria do deputado Ramalho da Construção. Cria o "Programa Menor Recuperado". Parecer nº 1647, de 2015, da Comissão de Justiça e Redação, favorável. Parecer nº 1648, de 2015, da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa, favorável com emenda. Parecer nº 1649, de 2015, da Comissão de Finanças, favorável ao projeto e contrário à emenda.

9 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 885, de 2015, de autoria do deputado Adilson Rossi. Cria programa de ações socioeducativas e preventivas

com objetivo de conscientização de homens agressores no âmbito familiar. Pareceres nº 224, 225 e 226, de 2016, respectivamente das Comissões de Justiça e Redação, de Segurança Pública e de Finanças, favoráveis.

10 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1199, de 2015, de autoria do deputado Gilmaci Santos. Dispõe sobre a realização de exames de detecção de mutação genética dos genes BRCA1 e BRCA2 em mulheres com histórico familiar do diagnóstico de câncer de mama ou de ovário em todo o Estado. Pareceres nºs 514, 515 e 516, de 2016, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação, de Saúde e de Finanças, favoráveis. (Em anexo o Projeto de lei nº 1200, de 2015).

11 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1241, de 2015, de autoria do deputado Marcos Zerbini. Dispõe sobre a doação com encargo à Administração Estadual de terrenos para edificação de habitações de interesse social. Pareceres nº 634 e 635, de 2016, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação e de Infraestrutura, favoráveis.

12 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1286, de 2015, de autoria do deputado Rodrigo Moraes. Dispõe sobre a criação, o comércio e o transporte de abelhas sem ferrão (meliponíneas) no Estado. Pareceres nºs 366, 367 e 368, de 2016, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação, de Atividades Econômicas e de Finanças, favoráveis.

13 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1352, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Institui o Roteiro Turístico do Peão de Boiadeiro integrado pelos Municípios de Barretos, Bebedouro, Colina, Monte Azul Paulista e Viradouro. Pareceres nºs 565, 566 e 567, de 2016, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação, de Atividades Econômicas e de Finanças, favoráveis.

14 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 67, de 2016, de autoria do deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. Determina a distribuição gratuita de leite sem lactose, com proteína hidrolisada ou livre de aminoácidos, às crianças lactentes pela rede pública de saúde do Estado. Pareceres nºs 1696, 1697 e 1698, de 2017, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação, de Saúde e de Finanças, favoráveis.

15 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 510, de 2016, de autoria do deputado Gileno Gomes. Estabelece a gratuidade na cobrança por vagas em estacionamentos existentes em Hospitais Públicos do Estado. Pareceres nºs 962 e 963, de 2018, respectivamente, da Comissão de Justiça e Redação e da

Reunião Conjunta das Comissões de Defesa dos Direitos da Pessoa e de Finanças, favoráveis.

16 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 511, de 2016, de autoria do deputado Alencar Santana Braga. Acrescenta dispositivo à Lei 15.692, de 2015, que autoriza o Poder Executivo a conceder isenção integral do pagamento de tarifa aos estudantes do ensino fundamental, médio e superior nos transportes públicos de passageiros, no âmbito da Secretaria dos Transportes Metropolitanos, na forma que especifica. Pareceres nºs 1169, 1170 e 1171, de 2017, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação, de Transportes e de Finanças, favoráveis.

17 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 545, de 2016, de autoria dos deputados Roberto Moraes e Itamar Borges. Altera a Lei nº 13.550, de 2009, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Cerrado no Estado de São Paulo. Parecer nº 2301, de 2017, da Comissão de Justiça e Redação, favorável. Parecer nº 2302, de 2017, da Reunião Conjunta das Comissões de Meio Ambiente e de Finanças, favorável.

18 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 573, de 2016, de autoria da deputada Márcia Lia. Dispõe sobre o estabelecimento de cota para mulheres vítimas de violência doméstica nos Programas de Habitação de Interesse Social no Estado. Pareceres nºs 753 e 754, de 2017, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação e de Defesa dos Direitos da Pessoa, favoráveis. (Em anexo o Projeto de lei nº 1111, de 2017).

19 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 212, de 2017, de autoria do deputado Junior Aprillanti. Altera a Lei nº 4.095, de 1984, que declara Área de Proteção Ambiental - APA, a região urbana e rural de Jundiaí. Parecer nº 1763, de 2017, da Comissão de Justiça e Redação, favorável com emenda. Parecer nº 170, de 2018, da Comissão de Meio Ambiente, favorável com substitutivo e contrário à emenda. Parecer nº 959, de 2018, da Comissão de Finanças, favorável ao substitutivo e contrário à emenda.

20 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 233, de 2017, de autoria do deputado Edmir Chedid. Dispõe sobre o direito do consumidor ao controle e pagamento individual de seu consumo nos bares, lanchonetes, restaurantes e estabelecimentos comerciais. Parecer nº 642, de 2017, da Comissão de Justiça e Redação, favorável com emenda. Pareceres nºs 2214, de 2017, e 641, de 2018, respectivamente, das Comissões de Defesa dos Direitos do Consumidor e de Finanças, favoráveis ao projeto e à emenda.

21 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 251, de 2017, de autoria do deputado Márcio Camargo. Dispõe sobre o acondicionamento de bicicletas nos ônibus utilizados no serviço de transporte intermunicipal de passageiros do Estado. Parecer nº 557, de 2018, da Comissão de Justiça e Redação, favorável. Parecer nº 558, de 2018, da Comissão de Transportes, favorável com emenda. Parecer nº 958, de 2018, da Comissão de Finanças, favorável ao projeto e à emenda.

22 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 547, de 2017, de autoria do deputado Davi Zaia e outros. Altera a Lei nº 11.331, 2002, que dispõe sobre os emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro. Pareceres nºs 1447 e 1849, de 2017, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças, favoráveis.

23 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 919, de 2017, de autoria do deputado Coronel Telhada e outros. Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.374, estabelecendo normas de tributação para compra de arma de fogo por agentes responsáveis pela aplicação da lei. Com emenda. Parecer nº 964, de 2018, da Reunião Conjunta das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças, favorável ao projeto e à emenda.

24 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 31, de 2018, de autoria do deputado Feliciano Filho. Proíbe o embarque de animais vivos no transporte marítimo e/ou fluvial, com a finalidade de abate para o consumo, no Estado. Pareceres nºs 224 e 960, de 2018, respectivamente, da Comissão de Justiça e Redação e da Reunião Conjunta das Comissões de Meio Ambiente e de Finanças, favoráveis.

25 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 232, de 2018, de autoria do deputado Raul Marcelo. Institui diretrizes para a prestação de auxílio, proteção e assistência a policiais e servidores públicos vinculados à Secretaria de Estado de Segurança Pública e à Secretaria de Administração Penitenciária vítimas de violência no exercício de sua função ou em razão dela. Parecer nºs 729, da Comissão de Justiça e Redação, favorável. Parecer nº 965, de 2018, da Reunião Conjunta das Comissões de Segurança Pública e de Finanças, favorável com emenda.

26 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 303, de 2018, de autoria do deputado Geraldo Cruz. Acrescenta o artigo 1º-A à Lei nº 12.640, de 2007, a fim de garantir a aplicação dos pisos nela fixado aos contratos de trabalho intermitente no Estado. Parecer nº 966, de 2018, da Reunião Conjunta das

Comissões de Justiça e Redação, de Administração Pública e de Finanças, favorável.

27 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 347, de 2018, de autoria da deputada Analice Fernandes. Dispõe sobre a jornada de trabalho de 30 (trinta) horas semanais aos enfermeiros, técnicos de enfermagem e auxiliares de enfermagem que exerçam as funções no poder público, rede privada e filantrópica, no Estado. Parecer nº 951, de 2018, da Reunião Conjunta das Comissões de Justiça e Redação, de Administração Pública e de Finanças, favorável com emenda.